


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0008770-75.1996.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

A Súmula Vinculante nº 17 do STF cuida do "período de graça" durante o qual não incidem juros moratórios em dívidas contra a fazenda pública.

O "período de graça" tem um termo inicial e um final.

Quanto ao termo final, a essência da súmula está em que a fazenda pública não está em mora - e portanto não incidem juros moratórios - se (a) em relação a precatório apresentado até 01/07, efetuar o pagamento até 31/12 do ano subsequente (b) em relação a precatório apresentado após 01/07, efetuar o pagamento até 31/12 não do ano seguinte, mas do subsequente a este.

O termo final do "período de graça", portanto, corresponde a 31/12 do ano seguinte ou do segundo ano contado daquele em que apresentado o precatório, dependendo da data em que a apresentação ocorreu.

Quanto ao caso em exame, incontroverso que o pagamento foi efetuado, pela fazenda pública, antes de decorrido o prazo constitucional.

Não se debate, pois, sobre a incidência de juros moratórios após o termo final, ou sobre qual seja o termo final.

A questão referente ao termo inicial é a controvertida.

O credor sustenta o "período de graça" inicia com a inclusão da verba no orçamento da entidade, de modo que, até esse momento, incidiriam juros moratórios.

O STF ainda não julgou o recurso no qual foi reconhecida a repercussão geral sobre o tema do cabimento de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e da expedição da requisição de pequeno valor ou do precatório (STF, RE 579431).

Todavia, embora não julgado esse recurso específico, em outros julgados o STF já decidiu que não incidem juros moratórios a partir da própria conta de liquidação: AI 492.779 AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ªT, j. 13.12.2005; e RE 496.703 ED, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 1ªT, j. 02.09.2008; RE 592.869 AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, 2ªT, j. 26/08/2014.

O STJ, da mesma forma, em recurso submetido à sistemática dos recursos repetitivos, decidiu, no tocante às requisições de pequeno valor (mas justamente com base na sua compreensão relativa aos precatórios, o que foi frisado no acórdão) pela não incidência de juros moratórios entre a elaboração dos cálculos e o efetivo pagamento, no prazo, da requisição de pequeno valor


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

(REsp 1143677/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, Corte Especial, j. 02/12/2009).

Tendo em vista a interpretação preponderante – sem sinal de que vá ser revertida – dos tribunais superiores, forçosa a sua adoção por este magistrado.

A propósito, pondera-se que a observância da jurisprudência prevalecente impõe-se ao magistrado, para garantia dos princípios da isonomia, imparcialidade, segurança jurídica e coerência do direito, impedindo que uns sejam beneficiados por determinada exegese e outros prejudicados, sem que nenhuma distinção justifique a desigualação.

Sobre essa temática, merece destaque a lição do processualista LUIZ GUILHERME MARINONI, nos artigos "O Precedente na Dimensão da Igualdade" e "Da Corte que declara o 'sentido exato da lei' para a Corte que institui Precedentes", disponíveis no website <http://www.marinoni.adv.br/artigos.php> [acesso em 26/08/2015], que no segundo artigo remete aos quatro princípios acima referidos.

Naquelas obras doutrinárias e em outras, alerta-nos o eminente jurista para um dado da realidade: a multiplicidade de soluções cogitáveis para um mesmo problema jurídico, o que decorre da circunstância de que texto e norma não se confundem e que, para se alcançar a norma – embora circunscrito ao texto, desde que compreendido em conjunto com toda a legislação, para que se lhe atribua a unidade indispensável ao sistema -, o intérprete atribui sentido ao enunciado, e ao fazê-lo exclui outras significações a priori imagináveis (inclusive por outros intérpretes igualmente bem intencionados e com a mesma compreensão de dever de respeito ao ordenamento jurídico vigente).

Não se trata de discricionariedade judicial, e sim de um conjunto de decisões judiciais que, gradativamente, mediante o enfrentamento das teses que são apresentadas em múltiplos casos, evolui para a atribuição de um sentido razoável, naquele momento histórico e naquelas circunstâncias. Passa-se do simples precedente à verdadeira jurisprudência. Esta deve, em princípio, ser aplicada à generalidade dos casos assemelhados, garantindo-se assim a incidência isonômica do ordenamento jurídico.

Assim, acolhem-se as razões da fazenda pública e, tendo em vista a satisfação da obrigação, JULGO EXTINTO este processo de *execução* movida por Miguel Jose da Rocha contra Inss, com fulcro no art. 794, I do CPC.

Transitada em julgado, arquivem-se.

P.R.I.

São Carlos, 16 de dezembro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA